



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE-RO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a convocação da etapa de Avaliação de Títulos para o cargo de **Advogado da Assembleia Legislativa**, com base no item 11 do Edital nº 02, de 08 de maio de 2018.

### 1. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

---

- 1.1 A Avaliação de Títulos possui caráter apenas classificatório.
- 1.2 Serão analisados os Títulos de todos os candidatos habilitados na Prova Oral.
- 1.3 Os títulos deverão ser apresentados por meio de cópias autenticadas em cartório, anexando formulário próprio para entrega de títulos, devidamente preenchido e assinado, que estará disponível no site [www.fgvprojetos.fgv.br/concursos/alero](http://www.fgvprojetos.fgv.br/concursos/alero).
- 1.4 Período previsto para envio dos títulos:
  - a) Os títulos para análise deverão ser enviados no período de **28 de novembro de 2018 a 04 de dezembro de 2018**, via SEDEX ou Carta Registrada, para a FGV – Caixa Postal nº 205 – Muriaé/MG – CEP: 36880-970, com os seguintes dizeres: **CONCURSO ALE-RO – AVALIAÇÃO DE TÍTULOS (ADVOGADO DA ALE-RO)**.
- 1.4.1 Não haverá, em hipótese alguma, outra data para a entrega de títulos.
- 1.4.2 A entrega dos títulos (original ou cópia autenticada), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A FGV não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação à FGV. Os títulos (original ou cópia autenticada) terão validade somente para este Concurso e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desses documentos.
- 1.4.3 O não envio dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computada pontuação zero na Avaliação de Títulos para o cálculo da pontuação final.
- 1.5 Somente serão considerados os Títulos que se enquadrarem nos critérios previstos neste Edital.
- 1.6 Todos os cursos previstos para pontuação na Avaliação de Títulos deverão estar concluídos.
- 1.7 Somente serão considerados como documentos comprobatórios diplomas e certificados ou declarações de conclusão do(s) curso(s) confeccionados em papel timbrado da instituição, atestando a data de conclusão, a carga horária e a defesa da monografia/dissertação/tese, com aprovação da banca e carimbo da instituição, quando for o caso.
- 1.8 Os diplomas ou as declarações comprobatórias da escolaridade exigida como requisito básico para o cargo não serão computados na Avaliação de Títulos.
- 1.9 Para comprovação de conclusão de curso de pós-graduação, em qualquer nível, serão aceitas declarações ou atestados de conclusão do curso, desde que acompanhados dos respectivos históricos escolares.
- 1.10 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração, sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.
- 1.11 Serão considerados os seguintes títulos:



QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
Alínea	Título (*)	Valor de cada Título	Valor máximo dos títulos
A	Exercício do magistério superior, em disciplina da área jurídica, desenvolvido em Instituição de Ensino Superior pública ou particular reconhecida pelo MEC.	2 por ano completo sem sobreposição de tempo	10
B	Livros publicados, de autoria individual, no âmbito da ciência jurídica.	4	12
C	Produção cultural individual (artigo, parecer, ensaio ou trabalho jurídico) no âmbito da ciência jurídica, constante de publicação especializada em Direito que possua Conselho Editorial.	4	8
D	Diploma, devidamente registrado, de Conclusão de doutorado. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de doutorado, desde que acompanhado do histórico do curso.	15	30
E	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de mestrado. Também será aceito certificado/declaração de conclusão de mestrado, desde que acompanhado do histórico do curso.	10	20
F	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas-aula. Também será aceita a declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, desde que acompanhada de histórico escolar, com carga horária mínima de 360 horas-aula.	4	8
G	Aprovação em concurso público para cargo ou emprego público privativos de bacharel em Direito, excetuados os títulos já incluídos nos demais itens.	2	6
H	Participação como integrante (membro) de banca examinadora em concurso público para provimento de cargo ou emprego público no magistério jurídico superior, na magistratura, no Ministério Público, na Advocacia Pública ou de outro cargo ou emprego público privativos de bacharel em Direito.	2	6
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			100 PONTOS

(\*) Cada título será considerado uma única vez.

- 1.12 Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras somente serão aceitos se reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, conforme legislação que trata da matéria.
- 1.13 O documento expedido em língua estrangeira somente terá validade quando traduzido para língua portuguesa por tradutor juramentado.
- 1.14 Para comprovação da alínea “A”, o candidato deverá apresentar declaração ou certidão, emitida pela Instituição de Ensino Superior, que especifique, detalhadamente, as atribuições exercidas, o curso, a matéria, o conteúdo programático e a forma de admissão, se por concurso ou não, pelo período exigido.
- 1.15 Para receber a pontuação relativa à autoria exclusiva de livro jurídico referente à alínea “B”, o candidato deverá entregar original com registro no ISBN ou cópia integral e legível do livro, com autenticação em cartório nas páginas em que conste a autoria exclusiva, bem como que comprove o registro no ISBN.
- 1.16 Para receber a pontuação relativa à autoria exclusiva de artigo científico publicado em revista jurídica especializada referente à alínea “C”, o candidato deverá entregar original com registro no



- ISSN ou cópia legível da publicação do artigo científico, com autenticação em cartório, nas páginas em que conste a autoria exclusiva, bem como que comprove o registro no ISSN.
- 1.16.1 No que se refere à alínea “c”, não serão considerados como títulos os artigos publicados em jornais, ainda que constantes de seções especializadas bem como publicações na Internet.
- 1.17 Para comprovar a aprovação em concurso público (alínea “G”), o candidato deverá apresentar certidão expedida por setor de pessoal do órgão, ou certificado do órgão executor do certame, em que constem as seguintes informações:
- a) cargo/emprego concorrido;
  - b) requisito do cargo/emprego, especialmente a escolaridade;
  - c) aprovação e/ou classificação.
- 1.17.1 A comprovação da aprovação em concurso público poderá, ainda, ser realizada através da apresentação de cópia autenticada em cartório do jornal impresso ou cópia da página eletrônica do Diário Oficial, acompanhada do devido mecanismo de autenticação eletrônica, com a publicação do resultado final do concurso, constando o cargo ou emprego público, o requisito do cargo ou emprego público, a escolaridade exigida e a aprovação e/ou a classificação, **com identificação clara do candidato**.
- 1.17.2 Não será considerado concurso público a seleção constituída apenas de prova de títulos e/ou de análise de currículos e/ou de provas práticas e/ou testes psicotécnicos e/ou entrevistas.
- 1.18 Para receber a pontuação disposta na alínea “H”, o candidato deverá apresentar certidão, emitida pelo Órgão Público realizador do concurso Público, que especifique, detalhadamente, o concurso, o edital, a função ocupada e as atribuições exercidas, bem como os cargos/empregos dispostos em concorrência, os requisitos dos cargos/empregos dispostos em concorrência, especialmente a escolaridade.
- 1.19 Para fins da comprovação do exercício profissional, previstos na alínea “A”, todas as certidões e/ou declarações deverão indicar as datas de início e fim do exercício, informando **expressamente o dia, o mês e o ano**.
- 1.20 O resultado preliminar da Avaliação de Títulos será divulgado no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alero](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alero).
- 1.21 Os candidatos disporão de dois dias úteis para interpor recurso contra o resultado preliminar da Avaliação de Títulos, por meio de link disponível no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alero](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alero).
- 1.22 O resultado final da Avaliação de Títulos será publicado no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alero](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alero).

Porto Velho/RO, 27 de novembro de 2018.

**Deputado MAURO DE CARVALHO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

**Deputado JOSÉ EURÍPEDES CLEMENTE**

1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



**ANEXO ÚNICO – CANDIDATOS CONVOCADOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS**

Cargo	Inscrição	Nome
ADVOGADO	875001700	Ana Elisa Silva Miranda
ADVOGADO	875001438	André Barbosa Assam
ADVOGADO	875001413	Arthur Ferreira Veiga
ADVOGADO	875001517	Arthur Nobre Borges
ADVOGADO	875000517	Arthur Rodrigues De Sousa Oliveira
ADVOGADO	875000055	Charles De Sousa Alves
ADVOGADO	875001327	Cristiano Polla Soares
ADVOGADO	875000694	Daniel Augusto Silva Resende
ADVOGADO	875000214	Filipe Torri Da Rosa
ADVOGADO	875001902	Geancleio Dos Anjos Silva
ADVOGADO	875001892	Jefferson Pereira Justiniano
ADVOGADO	875000348	João Carlos Wagner
ADVOGADO	875001890	Jordao Demetrio Almeida
ADVOGADO	875000715	Mádson Ribeiro Da Silva
ADVOGADO	875000772	Maicke Miller Paiva Da Silva
ADVOGADO	875000471	Rafaela Piquiá Soares
ADVOGADO	875000667	Renato Alves Gomes
ADVOGADO	875001893	Rodrigo Da Silva Roma
ADVOGADO	875001932	Sandro Crispim Gonçalves Nóbrega Magalhães